
Prefácio

Carlos da Silva Costa, Governador

A economia de um país encerra sempre duas dinâmicas de ritmos bem distintos.

Por um lado, temos dinâmicas de curto prazo, nomeadamente ciclos conjunturais que são recorrentes e visíveis. Estes ciclos refletem fases de crescimento e de contração do produto e do emprego. É relativamente fácil para famílias e empresas perceberem estes ciclos e os impactos que produzem nas suas vidas. Estas dinâmicas geram instabilidade na economia e, por essa razão, requerem uma monitorização tão ágil quanto possível, de modo que os fatores indutores de cada ciclo possam ser rapidamente identificados e analisados e a política económica possa contribuir para a estabilização ou para a mitigação dos seus efeitos. O Banco de Portugal contribui para esta monitorização, mantendo uma atividade contínua de acompanhamento e avaliação da conjuntura económica.

Por outro lado, paralelamente a estes ciclos conjunturais, comparáveis a marés que observamos facilmente junto à costa, a economia vai sendo sujeita a transformações estruturais, mais lentas e profundas. Estas transformações, que poderíamos comparar ao movimento das placas tectónicas nas profundezas do oceano, não são identificáveis à vista desarmada, mas produzem efeitos indeléveis sobre a organização económica e social, com impactos sérios e disruptivos na vida de famílias e empresas. É o caso, por exemplo, de perdas estruturais de produtividade, capazes de limitar drasticamente a riqueza que as empresas conseguem gerar e os salários que podem pagar.

Se as instituições responsáveis por analisar as economias se mantiverem exclusivamente focadas no acompanhamento das dinâmicas de curto prazo, perderão de vista dinâmicas estruturais que condicionam o bem-estar individual e a riqueza e a equidade da sociedade e, por consequência, não conseguirão sinalizar a necessidade de medidas que antecipem e mitiguem os seus efeitos. O Banco de Portugal assume, por isso, o imperativo de avaliar a realidade estrutural da economia portuguesa, identificando os correspondentes desafios e oportunidades.

Na presente obra, o Banco dá continuidade ao cumprimento de tal imperativo.

Em 2009, o Banco de Portugal partilhou em livro, com a sociedade portuguesa, um conjunto de estudos sobre “A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária”. Nessa ocasião, foram exploradas implicações estruturais do processo de integração europeia, nomeadamente no que diz respeito ao desígnio de convergência real para com os nossos parceiros comunitários.

Agora, o Banco retoma a avaliação estrutural da economia portuguesa para olhar “O Crescimento Económico Português: Uma Visão sobre Questões Estruturais, Bloqueios e Reformas”.

Estes exercícios revestem-se de inegável relevância, na medida em que as condições estruturais e, em particular, a capacidade de adequação ao contexto global determinam o sucesso económico dos países.

Com este tipo de iniciativa, o Banco procura dar corpo ao desígnio estratégico de se assumir como centro de gravidade e dínamo propulsor da reflexão científica sobre as mutações estruturais da economia portuguesa, agregando e mobilizando a academia, sempre num espírito de plena abertura e estreita parceria. O objetivo é tornar a sociedade consciente dos desafios com que está confrontada e induzir respostas assentes em consensos sociais alargados. Os estudos publicados nesta obra obedecem apenas a critérios de estrita qualidade científica e refletem o quadro concetual, teórico e metodológico usado pelos autores.

O formato de livro eletrónico ora adotado visa propiciar a partilha desta reflexão. Pretende, assim, assegurar-se que este trabalho se torna um referencial vivo das discussões em curso. O conjunto de estudos que o Banco de Portugal aqui entrega à sociedade portuguesa não é um túmulo de pensamento cristalizado, mas uma agenda de trabalho para o futuro.